



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

Requerimento – “Proteger a Cultura, travar o desnorte”

A criação e regulamentação de um Estatuto dos Profissionais da Cultura é um compromisso que o governo tem vindo a anunciar e prometer.

De anúncio em anúncio e de promessa em promessa, o Ministério da Cultura acabou por criar um grupo de trabalho para análise, actualização e adaptação dos regimes legais dos contratos de trabalho dos profissionais de espectáculos e respectivo regime de segurança social, composto pelos ministérios da Cultura, Trabalho e das Finanças, elementos da DGArtes, da DGLAB, do ICA, da Direção Geral da Segurança Social, da Autoridade para as Condições de Trabalho, da Autoridade Tributária e Aduaneira assim como diversas associações representativas dos vários sectores da Cultura.

Não são conhecidos, publicamente, quaisquer resultados visíveis e definitivos dos “trabalhos” deste Grupo de Trabalho.

Não obstante e espantosamente, o Senhor Primeiro Ministro garantiu há dias atrás que o estatuto dos profissionais da cultura será aprovado num Conselho de Ministros temático sobre a cultura que terá lugar no próximo dia 22 de abril.

Ora,

A Ação Cooperativista - uma das entidades representativa do sector que faz parte grupo de trabalho envolvido na elaboração da proposta do estatuto do trabalhador da cultura - emitiu de imediato um comunicado, no qual mostra a sua perplexidade face à declaração feita no Parlamento pelo Senhor Primeiro-Ministro,



GRUPO PARLAMENTAR

porque contradiz a informação partilhada com as estruturas, grupos formais e informais que estão a trabalhar na redacção do estatuto dos profissionais da cultura e alerta para o risco de *"deitar por terra o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo dos últimos meses"*, com o *"apressar da discussão"* deste diploma.

A Associação de Artistas Visuais em Portugal (AAVP) considerou que o estatuto do artista *"está longe de estar terminado"* e que no documento que o Governo quer aprovar em 22 de abril não estão contempladas soluções para o sector.

Já a Plataforma Cívica Convergência pela Cultura considerou que a data anunciada pelo Governo para aprovar o estatuto do profissional da Cultura é *"reveladora de um enorme desconhecimento político sobre as realidades"*.

Para o Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE) *"precipitar a conclusão deste debate, apenas para cumprir calendário, não trará qualquer contributo"*

Senhora Presidente,

A criação de legislação específica para os trabalhadores da cultura - garantindo-lhes o acesso a uma carreira contributiva com direitos e proteção social efetiva - faz do estatuto dos profissionais da Cultura um documento decisivo para o futuro do setor cultural e criativo nacional, algo há muito prometido pelo actual governo e muito reivindicado por todos os profissionais do sector.

Um documento com esta relevância e alcance não se compadece com a irresponsabilidade de ministério da Cultura ou com a gestão político-politiceira do tema por parte do governo.



GRUPO PARLAMENTAR

Estancar o atraso com um documento imperfeito e meramente paliativo é exatamente o que se deve evitar.

Assim, a fim de esclarecer na íntegra todos os fatos e procedimentos relativos a este tema, vem o GPPSD requerer a audição da Ação Cooperativista, da Associação de Artistas Visuais em Portugal (AAVP), da Plataforma Cívica Convergência pela Cultura e do Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENASTE).

Na expectativa que desta audição saiam resultados que travem a aparente precipitação e irresponsabilidade do governo, requer que esta audição se realize com a maior urgência.

Assembleia da República, 5 de abril de 2021

Deputado Paulo Rios de Oliveira